

3º Simpósio Internacional de Justiça Restaurativa

A Justiça Restaurativa é uma realidade que avança e cresce no Brasil, com a vitalidade e força próprias do anseio coletivo por Justiça enquanto valor universal.

Experiências brasileiras confirmam ser possível as instituições do Estado Democrático de Direito conviverem com alternativas de solução dialogada de conflitos. Demonstram que, mais além do rigor da lei processual e das garantias constitucionais, existe espaço para o encontro, o consenso e a convergência, sem descuidar de conquistas fundamentais como a legalidade, o devido processo legal, a presunção de inocência e a ampla defesa.

Aqui como no plano internacional, essas experiências convidam a promover a Justiça como direito à palavra, empoderando as pessoas para atuarem na pacificação dos conflitos ou infrações em que estejam envolvidos. Convidam para encontros juridicamente protegidos abertos à expressão da humanidade de cada um, de reconhecimento mútuo, de compreensão da complexidade das causas subjacentes a qualquer conflito. Convidam a cooperar voluntariamente na construção de consensos capazes de promover empatia e auto-responsabilidade de ofensores, de reparar os danos sofridos pelas vítimas e comunidades, a ativar a cidadania abrindo espaços concretos de participação, empoderamento e corresponsabilização. Convidam para que cada infração ou conflito sirvam como oportunidade de aprendizagem e de revelar as subjacentes desigualdades sociais e toda sorte de violências estruturais comuns às sociedades modernas.

O 3º Simpósio Internacional de Justiça Restaurativa é a oportunidade de encontro com juristas e cientistas sociais canadenses e norte americanos que trazem uma diversificada experiência de mais de 30 anos em campo.

Um intercâmbio de grande importância, em se tratando a Justiça Restaurativa de um conceito que suscita infinitas possibilidades de aplicação – não apenas metodológico, mas também técnico e cultural – há que zelar pela integridade e fidelidade ao arcabouço teórico que vem garantindo sua eficácia em muitas partes do mundo.

O futuro da Justiça Restaurativa no Brasil é promissor e vem acompanhado de inúmeras iniciativas de modernização no escopo do judiciário. Mais além do tradicional monopólio de composição de litígios, o desafio é promover a Justiça como função de domínio público voltada à pacificação da conflituosidade social.

Realização no Rio Grande do Sul



Apoio



Parceiros Nacionais



Cooperação Internacional



Necessário entrega de documentos de identificação para retirada dos aparelhos de tradução simultânea.

Informações

SJDH/RS (51) 32887373 - Juliana

Inscrições gratuitas pelo 156 - opção 9
das 7h às 23h
De Segunda a Segunda



3º Simpósio Internacional de Justiça Restaurativa
Abordagens Transdisciplinares
Porto Alegre / RS

29 e 30 de outubro de 2012
Auditório do Ministério Público
Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80
Porto Alegre - RS

29 de Outubro de 2012

18h Credenciamento

19h Abertura:

João Salm

20h Justiça Restaurativa: histórias de democracia e participação – Em nossos dias é problemático desligar a Justiça Restaurativa da sociedade civil. Embora muitos não recomendem a eliminação das salvaguardas previstas pelo sistema de justiça formal, é necessário que as comunidades políticas desempenhem um papel maior na implementação de práticas restaurativas. Aceitando-se o argumento de que é desejável transformar ou criar contextos organizacionais mais substantivos, tanto para melhoria da sociedade em geral como para a aplicação mais eficaz dos princípios de justiça restaurativa em casos específicos, temos uma idéia a defender. A questão que permanece é como fazê-lo.

João Batista Salm – Doutor em Estudos da Justiça pela School of Justice and Social Inquiry da Universidade do Arizona. Sua pesquisa versou sobre os princípios e práticas da Justiça Restaurativa em contextos judiciais e em comunidades indígenas. Atualmente administra programas que prestam serviços à comunidade no Centro de Mediação e Justiça Restaurativa da cidade de Edmonton.

30 de outubro de 2012

8h30 Credenciamento

9h Processos colaborativos para responder com eficácia a questões sociais complexas – De que modo os processos de colaboração podem aprimorar a capacidade de todas as instituições de justiça, órgãos governamentais relacionados e todos os setores de uma comunidade de forma a reagir mais eficazmente ao crime. O objetivo é levantar algumas ideias e compartilhar o que funcionou e o que não funcionou em outros países.

Barry Stuart – Foi juiz no território do Yukon/Canadá. Lecionou em várias universidades, e conduziu numerosos cursos sobre mediação, negociação multipartidária, colaboração participativa dirigida pelos integrantes e uma vasta gama de tópicos relacionados à governança. Participou de iniciativas em prol de políticas públicas. Lançou a aplicação de Círculos de Construção de Paz. Tem vasta experiência em questões constitucionais e de governança.

14h Justiça não é um esporte para espectadores – Uma das maiores realizações do movimento de Justiça Restaurativa foi a percepção de que a participação dos interessados na determinação real do que significa justiça é uma parte essencial daquilo que faz um processo ser justo. Vítimas, ofensores e os mais afetados pelos danos têm sido relegados a um segundo plano dentro do sistema de justiça ocidental, mas criar estruturas institucionais para apoiar o envolvimento genuíno é extremamente desafiador.

Carolyn Boyes-Watson – Professora de Sociologia e diretora-fundadora do Centro de Justiça Restaurativa da Suffolk University, em Boston, EUA. Escreveu extensivamente sobre a teoria e a prática da Justiça Restaurativa, com ênfase na relação entre a comunidade e o Estado, e sobre o potencial da prática dos Círculos de Construção de Paz. Tem trabalhado com o Sistema Judicial, escolas, serviços sociais, organizações sem fins lucrativos, comunidades e autoridades locais a fim de desenvolver soluções práticas e inovadoras para integrar os princípios e práticas restaurativas no âmbito das organizações e instituições existentes.

16h Justiça Restaurativa Comunitária em British Columbia: Potencialidades e desafios – Em 1998, a província de British Columbia criou o Programa de Responsabilidade Comunitária para ajudar a apoiar o crescimento dos programas de Justiça Restaurativa operados por voluntários. Hoje existem aproximadamente 50 grupos em

funcionamento, cada qual no contexto de sua própria comunidade. Esta apresentação examinará alguns dos pontos fortes e desafios dessa abordagem ampla, de base, que promove o avanço da Justiça Restaurativa no Canadá.

Catherine Borgen – Conhecida internacionalmente como consultora, instrutora e profissional de Justiça Restaurativa e estratégias de transformação de conflitos. Autora do livro *Educating for Peacebuilding: Implementing Restorative Justice Principles and Practices in a School System* [Educar para a Construção da Paz: Implementação de Princípios e Práticas de Justiça Restaurativa em um Sistema Escolar] (2010). Atualmente é Coordenadora de Justiça Restaurativa para o Ministério da Justiça de British Columbia, atuando como analista de recursos e políticas públicas e como interface com mais de 50 programas comunitários de Justiça Restaurativa em toda a região.

Comissão Organizadora

AJURIS - Leoberto Brancher

Programa Justiça 21 - Lenice Pons Pereira

3º JRIJ-POA/RS - Tânia Todeschini

SJDH/RS - Rubia Abs da Cruz

PMPA/SMGL - Nelnie Viale Lorenzoni

ONG IICR - Débora Viera e Graziela Sutter

Informações

SJDH/RS (51) 32887373 - Juliana

Inscrições gratuitas pelo 156 - opção 9
das 7h às 23h